

CONCLUSÃO

No Concelho de Mafra, ao longo do século XV, o ensino religioso competia à sua Antiga Colegiada, instalada na Paróquia de Santo André. Ministrava-se o catecismo às populações, exigindo delas e aos meninos e meninas a partir da idade de 7 anos «bij», que soubessem o «Paster Noster», a «Ave Maria» e o «Credo» para, «com elas», «se venham confesar» na «Coresma». Devendo, ainda, orar «a Deus e a Virgem sua Madre e curem as cousas conteudas nos artigos da fe catholica», devendo os párocos «todolos domingos do ano a missa do dia depois da oferta» dizer «muito pasadamente aos (vossos) fregueses per maneira que eles vos posam entender as ditas orações».¹

A par do ensino oral que se ministrava às populações, a escrita era da competência «dos profissionais - os escrivães e tabeliães -», ao serviço da administração e da burocracia, do «rei», «do senhor de Mafra» e/ ou da «cúria romana e arquiiepiscopal», e, ainda, de alguns «clérigos beneficiados mais ou menos alfabetizados e latinados».²

Segundo Margarida Ventura (2002: 6) alguns «foreiros, fiadores das sucessivas gerações de tesoureiros, fiéis depositários da prata de Santo André», os «memposteiros do pescado da Ericeira», «proprietários rurais e urbanos, pescadores, almocreves, mesteirais» eram também assinantes no «nível mais baixo do manuseamento da escrita».³

A construção do Real Edifício de Mafra, em 1717, a instauração das Ordens Religiosas (Cónegos Regrantes de Santo Agostinho e Franciscanos) e as estadias sazonais do rei e da corte contribuiriam para a «rarefacção dos paroquianos, atraídos por um outro centro: a basílica». Em 1835, a paróquia era transferida para o novo templo, o que implicou a «mudança das alfaias litúrgicas e do cartório». Na igreja da Vila Velha só permaneceriam os serviços fúnebres até ao ano 1903.⁴

O êxodo populacional para o novo núcleo urbano despontava a partir do terceiro quartel do século XVIII, e, por todo o século XIX, havendo, na actualidade, a retoma habitacional da Antiga Vila Medieval de Santo André de Mafra.

No ano de 1820, encontram-se no *Livro de Manifestos* da Freguesia de Mafra,⁵ diferentes níveis de assinaturas, estritamente ligadas ao poder económico dos sujeitos. Configura-se o quadro social dos alfabetizados: grandes proprietários, mestres

(religiosos), escrivães da administração, meirinhos, almotacéis e algumas mulheres que assumem os negócios familiares, apresentam diferentes níveis de literacia (o nível máximo e médio na escala de assinaturas). Pelo levantamento efectuado, a percentagem de alfabetizados rondava, sensivelmente, 32%; destes, 91% eram homens que assinavam em diferentes níveis e 9% mulheres.

O Real Edifício albergava o Real Colégio de Mafra (1772-1820) onde as Ordens Religiosas continuavam a assumir um papel preponderante na instrução da camada social mais distinta (a nobreza e a grande burguesia ou a “nova nobreza”).

Chegados aos anos trinta e quarenta do século XIX, a contenda entre o Estado liberal e o poder Religioso desencadeia a extinção dos dízimos (1832)⁶ das Colegiadas (1848)⁷ e esvazia o Convento das Ordens Religiosas (1834),⁸ assomando outras Instituições, não menos importantes: a instituição militar (Real Colégio Militar, 1848-1859; Colégio de Órfãos dos Filhos dos Soldados, 1863-1873) e a escolar - a Escola Régia de D. Pedro V (1855-1908).

Ainda um novo marco temporal determinará definitivamente a história do Município. No mês de Dezembro de 1855, com a Reforma Jurídico-Administrativa, o Concelho de Mafra que, até então, agregava quatro Freguesias (Santo Isidoro, até 1842, Nossa Senhora da Conceição de Igreja Nova, São Miguel de Alcaínça, 1842, e a de Nossa Senhora da Assunção do Reclamador de Cheleiros, 1854), passava a incluir as Freguesias de São Pedro dos Grilhões da Azueira, São Silvestre do Gradil, São Miguel do Milharado, Nossa Senhora da Assunção da Serra da Enxara do Bispo, Nossa Senhora do Ó do Porto da Carvoeira, São Pedro da Ericeira, S. Domingos da Fanga da Fé (Encarnação), Santo Estêvão das Galés e a de Nossa Senhora da Oliveira do Sobral (da Abelheira).

Na viragem do século XIX, em 1900, o quadro de alfabetizados da população concelhia era o seguinte: nos indivíduos nados, de ambos os sexos, entre os anos de 1851 a 1862, existiam 20 % alfabetizados, tendo idades compreendidas entre 40 e 50 anos. Entre os nascidos dos anos de 1863 a 1874, existiam 23% de sujeitos alfabetizados, com idades que se repartiam entre 30 e 40 anos. Para os que nasceram entre os anos de 1875 a 1886 existiam 17% de indivíduos que sabiam ler, com idades compreendidas entre 15 e 25 anos, e os nascidos entre os anos de 1887 a 1895, 15% de sujeitos de ambos os sexos, de idades compreendidas entre os 5 e 14 anos.

Decorrente das Reformas de Instrução Primária de Costa Cabral, focalizando o período da Regeneração, e a de Rodrigues Sampaio, entre os anos de 1851 a 1886,

verifica-se que o incremento das Primeiras Letras apresentou maior acuidade nas populações do Município de Mafra, com índices de alfabetização que rondavam entre 20 e 23 % de sujeitos alfabetizados. Contudo, nas décadas seguintes, decrescem os níveis de alfabetização.

Tendo presente a expressão vulgarizada no século XIX, que um «analfabeto era também um não escolarizado», tentou-se entender os processos da escolarização local, reconstruindo-se a rede escolar, que nos confirmou serem necessários cem anos (1772-1873), para que cada Freguesia dispusesse de uma escola pública para o sexo masculino.

O ensino público das meninas instaurou-se tardiamente (1856), apresentando maior recuperação, pelo facto de, em 1890, existir uma mestra para ministrar o ensino em praticamente todas as Freguesias do Concelho.

Em outras dimensões, abordaram-se os índices de frequência escolar (assiduidade), que nos remeteram para a ocupação laboral infantil e para a variável geográfica das localidades (distâncias que mediavam o domicílio e a casa de escola).

Cedo, grande parte dos meninos e meninas contribuía com o seu trabalho para o sustento familiar. A ocupação laboral da criança variava de Freguesia para Freguesia, encontrando-se as que se dedicavam à guarda de animais (pastores e pastoras), lavadeiras, nas lides da pesca, na distribuição de pão, na olaria, nos trabalhos agrícolas, criados de servir, entre outras.

Estas formas de vida vão obstar o processo de escolarização da maioria das crianças e as suas aprendizagens, que, regra geral, se prolongam muito para além de três anos (as três divisões do ensino na classe). Para outros, a frequência escolar de um ano ininterrupto servia para adquirir rudimentos de escrita, leitura e contagens que bastassem à resolução dos problemas enfrentados no quotidiano da vida.

Por isso, na maioria das escolas elementares públicas ministrava-se, sobretudo, o ensino da leitura, da escrita e das contagens básicas, rudimentos de catecismo, aos mais adiantados, noções de civilidade e introdução à História pátria, medidas de capacidade e sistema métrico.

A grande parte das casas escolares apresentava condições de extrema pobreza, encontrando-se franca degradação nos espaços, falta de luminosidade e de capacidade, más condições de higiene, por contraponto ao ambiente de materialidade de excelência, da Escola Real de Mafra.⁹

Mesas e bancos corridos, o quadro negro, um mapa geográfico, tinteiros, penas, papel e manuais escolares (Cartilhas das Primeiras Letras e manuais enciclopédicos) fazem parte dos utensílios que o aluno utiliza para a aprendizagem da leitura, escrita caligráfica e contagens.

Na Escola Régia e nas escolas públicas dos sexos feminino e masculino da Ericeira e na do sexo feminino da Encarnação, as contagens aritméticas são apoiadas por contadores mecânicos. O sistema métrico serve de suporte utilitário ao aluno que aprende a medir, mais tarde serão os terrenos e as fazendas agrícolas.

As medidas de peso e capacidade auxiliam-nos a avaliar os produtos com que se defrontarão nos negócios da venda: os cereais, leguminosas, leite, manteiga, azeite, óleo, genebra, vinho, vinagre, sal, carnes verdes e secas, entre muitos outros.¹⁰

Na oficina da olaria ou na do odreiro, executam-se objectos que obedecem às medidas de capacidade convencionais. O menino que vai trabalhar no campo necessita, de igual forma, de saber os géneros de sementes (cereais, árvores de fruto), fazer excertos na vinha e seu tratamento. O lavrador que vai criar várias espécies de animais também necessita conhecer o seu ofício.

Na oficina do fogueteiro é necessário saber pesar, conhecer produtos químicos, que a escola ajudava a consolidar.

Na Escola Real, os mais adiantados vão adquirindo conhecimentos de Geografia nos vários mapas para o efeito, nas «esferas, terrestre e celeste» apreendem a sucessão dos dias e das noites, equinócio, a latitude, a longitude e, ainda, os planetas do Sistema Solar. Para o conhecimento da luz branca dispõem de um «luzgiómetro», aprendendo, ainda, a encadernar livros e a conservá-los.

Em tempo de precariedade económica é importante saber fabricar os instrumentos de escrita, as penas de frangão eram aconselhadas; mediante os ângulos e a precisão dos cortes na extremidade criava-se uma variedade de utilitárias que serviam a escrita bastardo, bastardinho e/ ou cursivo.

Outro suporte, não menos importante, era a tinta, o livro de caligrafia continha, para o efeito, uma série de receitas pertinentes que ajudavam a obtê-la, partindo do vinho e de outros derivados que na Escola Real se obtinham por encomenda.

Embora a leitura fosse a área do Ensino Elementar mais apropriada pelos alunos; seguia-se-lhe, de perto, o domínio da escrita. As contagens e o catecismo, regra geral, sucedem-se em posição cimeira – ora os rudimentos de catecismo, ora a aritmética (até às quatro operações sobre inteiros).

O ensino e a aprendizagem da História Sagrada, Pátria, Civilidade e Moral, elementos de Física, Desenho Linear, Aritmética adiantada (o segundo grau ou Complementar Primário) estavam reservados àqueles meninos que provinham de famílias abastadas, letradas ou os mais favorecidos pela fortuna que manifestassem capacidades acima da média para aprender.

O ensino das meninas demandava um espaço próprio com ampla luminosidade e aprestos de bordar, talhar, coser e fazer meia.

Os modos de ensino variaram de Freguesia para Freguesia, tendo em comum a simultaneidade de ensino, uma pedagogia experiencial e graduada, que o divide em três classes, um método catequístico e princípios de racionalidade.

O ensino «concreto» penetra, sobretudo, através de professores mais creditados, que se socorrem de materiais escolares específicos, como o contador mecânico, pesos e medidas (espécies de unidades antigas, arráteis, almudes, moios -, medidas secas e líquidas -, varas, polegadas, linhas e, posterior o sistema métrico), mapas geográficos, modos de ensino dinâmicos que apelam ao saber pela compreensão e operacionalização. Um movimento intenso de didáticas inovadoras no ensino da leitura e da escrita emerge nas preocupações pedagógicas dos professores, que utilizam vários métodos, como o *Legográfico*, de *Castilho*, de *João de Deus*, entre outros.

O espaço escolar molda e ajusta-se gradualmente à imagem de utilidade e de eficácia do Ensino Primário, corroborando os normativos de 20 de Dezembro de 1850 (instruções pedagógicas ao professorado), os de 20 e 27 de Julho de 1866 (da responsabilidade de João Mártens) que, para além de fornecerem instruções precisas sobre utensílios e ambiente de materialidade das escolas, regulamentava a concessão do legado do Benemérito Conde Ferreira para a construção de edifícios escolares.

No ano de 1873, completava-se a sua construção, de acordo com o previsto nos trâmites deste legado, no Largo frontal ao Real Edifício, destinada ao ensino das meninas.

Na Escola Conde de Ferreira, exerceu um competente corpo docente do sexo feminino, com formação obtida nas Escolas Normais Primárias. A partir dos anos oitenta do século XIX, instaurou-se o Ensino Complementar, destinado *àquelas* meninas que seguiriam os estudos nos Liceus.

A inauguração da Escola Real de Mafra marca a viragem das mentalidades perante o ensino.

Seria o Rei D. Pedro V o protagonista principal da mudança; contudo, teríamos um raciocínio apriorístico, se não enfatizássemos seu irmão, o Rei D. Luís I.

Presentes nas sessões finais dos exames, distribuíram prémios aos alunos, que variaram entre medalhas cunhadas com a esfinge de D. Pedro V, estojos contendo livros, esmolas de fato, revistas ilustradas do tipo enciclopédias, lautos almoços oferecidos aos alunos no Real Convento, etc..

Pela Escola Régia, D. Pedro V reclama para si o nome de «operário», marcando definitivamente a imagem da Escola junto das populações. Com cariz particular, substitui-se à Escola Pública e ao Estado, pelo poder régio e pelas receitas da Vedoria da Fazenda da Casa Real, que asseguravam um ensino gratuito, fornecendo as melhores condições de oferta às populações.

Segundo D. Pedro V, a escola constituiria uma pequena democracia, onde os alunos, independentemente da sua condição social, a frequentariam, emergindo desta forma uma nova sociedade, assente no trabalho e na competência, onde o mérito só era reconhecido aos mais aplicados e inteligentes. À Escola Real, concorrem alunos de todas as classes sociais e, ainda, meninos de todo o País. As famílias pobres estão aliviadas dos encargos materiais com a instrução de seus filhos e as mais abastadas socorrem-se da excelente qualidade de ensino que aí se ministra.

A sua fama passava as fronteiras do Concelho: a Imprensa lisboeta e alguns Jornais Pedagógicos nacionais dedicaram-lhe artigos.

Do que aqui foi dito, não se fique com a ideia de que o factor da maior distância à escola não constituiu impedimento à escolaridade no Concelho.

Podemos afirmar que, aliado à ocupação infantil, foi um dos factores que mais fraquearam a escolarização das crianças.

A maioria das Freguesias apresentava um quadro de grande dispersão populacional associado à vasta extensão geográfica. O acesso às escolas era restrito às crianças que residiam nas Vilas, onde estas, regra geral, se localizavam. De fora da obrigatoriedade de frequência ficava grande parte da infância que, por condições de pobreza, não as frequentava e o acesso praticamente negado, a quem habitasse a dois quilómetros de distância.

Uma camada diferenciada era constituída por aqueles (as) meninos (as), cujos pais se deslocavam diariamente aos centros por motivos laborais, ou que tivessem parentes afins, próximo da Escola e/ ou que fossem provenientes de famílias com recursos económicos suficientes para os manter nas localidades onde estivessem implementadas.

Compendiando os factores que impediram a escolarização da maioria das crianças deste Concelho, diríamos que assentaram na maior distância entre o domicílio e a escola, associada à existência de maus caminhos de acesso; a ocupação infantil estava estritamente ligada à sobrevivência das famílias pelas condições de precariedade económica.

Das quatro Freguesias seleccionadas para o estudo de caso, reconhece-se à de Santo André de Mafra um papel mais relevante pelo facto de ser a sede de um imenso Concelho plasmado por 13 Freguesias que, na maioria, não se desviavam do Portugal do século XIX, compreendendo a urbanidade da Vila e a ruralidade das inúmeras localidades adstritas.

A **Vila de Santo André** apresentava uma importância acrescida, porquanto concentrava todo o serviço burocrático-administrativo, concorrendo para isso uma actividade social, que contrastava com as restantes Paróquias adjuntas.

As estadias da família real pela época de caça, o movimento das instituições militar, religiosa e escolar, a criação dos serviços dos correios e telégrafo, o caminho de ferro, a imprensa local, os mercados, grandes feiras, desencadeavam o crescimento urbano, cujo eixo se concentrava em torno do Real Edifício. As instituições locais tornavam-se abertas e em permanente transformação, criando uma forte centralidade, com um pólo activo e dinâmico em contraste com os espaços periféricos.

A necessidade de cultura escrita firma-se na ideia da sua democratização, em que as práticas da leitura e da caligrafia, bases de aritmética, convertem-se numa obrigação para todos os sectores produtivos da sociedade Mafrense.

Observa-se ainda como o ensino dos meninos levava vantagem sobre o das meninas, notando-se a mudança por volta dos anos cinquenta do século XIX, sendo evidentes as ideias regeneradoras da educação da mulher no país de oitocentos.

À escassez de escolas públicas juntava-se a voz das populações locais que postulavam o acesso à instrução pública dos seus filhos, descortinando uma rede escolar ineficaz, não obstante os esforços comunitários empreendidos pelo regime liberal.

Esta situação lacunar aviventou a auto-organização de certos grupos da população local que, com o fim de acederem ao ensino do A, B, C, recorreram a escolas particulares e a mestres religiosos ou laicos que, na forma itinerante, por domicílios, davam resposta a estas necessidades.

Verificou-se que os sistemas alternativos ao ensino do Estado parecem ter apresentado maior eficácia no desenvolvimento dos processos de alfabetização local,

porquanto, em 1820, existiam na Freguesia de Mafra 32% de sujeitos alfabetizados (sendo 23% homens e 9% mulheres) e, em 1900, uma descida nas percentagens para 24% (sendo 14% homens e 10% mulheres).

Na **Encarnação** não seria a população a primeira a ter uma atitude «renitente ao ensino»; pelo contrário, a oferta de edifícios escolares era manifestamente insuficiente. As duas aulas de ensino público existentes (quer de ensino de meninos, quer de meninas), na Freguesia da Fanga da Fé, não ofereciam as condições de acesso necessárias à população infantil de outras localidades pela grande distância em quilómetros. Em relação à população escolar próxima do lugar em que estava implementada, verificou-se que a sua capacidade volumétrica era manifestamente insuficiente para integrar todas as crianças em idade escolar que, efectivamente, a deveriam frequentar.

Pudemos perceber, ainda, que só com um grande esforço comunitário, dos professores, da Junta de Paróquia, da Câmara Municipal, das famílias, dos beneméritos locais e das irmandades religiosas, o Ensino Elementar pôde lentamente generalizar-se, no sentido de contemplar algumas das condições efectivas de procura das populações e, ainda, de algumas famílias de localidades limítrofes do Concelho de Torres Vedras.

Uma população que aderiu ao ensino público, de forma gradual, e que, a partir do ano de 1880, não era tão somente constituída pelas famílias das classes mais favorecidas, mas por todas as classes sociais existentes.

No processo de adesão das famílias e de apropriação dos alunos ao ensino, pudemos observar a generosa quantidade de meninas que concluíram com sucesso o Exame Elementar Primário e verificar que a escola pública do sexo feminino, do Lugar da Encarnação, pôde ser mais um reforço efectivo no móbil de migrações das famílias, pese embora a organização efectiva da Instrução Elementar nas Leis de Obrigatoriedade de Frequência e o crescimento populacional do lugar onde a escola estava implementada.

As “modernas leis” de 2 de Maio de 1878, de 11 de Junho de 1880 e o Regulamento de 28 de Julho de 1881 se, por um lado, depararam as populações locais com inúmeras dificuldades na sua execução, por outro lado, fizeram-nas sentir a total responsabilidade pelo Ensino Elementar Primário, confrontando-as com o processo efectivo de adesão à escola da sua localidade.

Não obstante as generosas tentativas levadas a cabo por uma legislação que tentava efectivamente implementar o ensino obrigatório, transpondo essa responsabilidade para

as localidades, elas caíram em desaire pela efectiva falta de condições económicas e materiais que se repercutiam no ínfimo número de escolas que compunham então a rede escolar local. Tudo isto resultou que ao nível local não existia um único responsável pela aplicação da Lei que se “atrevesse” a aplicar as multas que a Lei recomendava.

Como poderia um Delegado Paroquial imputar uma coima a um encarregado de educação, quando a escola que o seu educando deveria frequentar estava capacitada para comportar o número limite de 28 crianças, registando um número de matrículas que ascendia a sessenta?

Como poderia a Junta Escolar deliberar e pôr em prática a Lei nestes casos?

Como se poderia cumprir a Lei quando os professores emitiam ofícios à Junta Escolar no sentido de se inteirarem acerca dos alunos que deveriam preferir a matrícula da sua escola por falta de capacidade ou da sobrelotação que enfrentavam?

E as famílias, confrontadas com estas condições, acreditariam nas Leis e nas escolas que se ofereciam aos seus educandos?

Analisando os processos de escolarização na Freguesia, demos conta de um número de crianças escolarizadas proporcional ao reduzido número de escolas que então existiam. Posteriormente, ao longo de meio século, com a Primeira República e sobretudo com o Estado Novo, desenvolver-se-ia uma rede escolar eficaz, implementando-se então casas de escola na maioria das localidades mais populosas.¹¹ Só assim estavam criadas as condições para o efectivo cumprimento da Lei: escola acessível - obrigatoriedade de ensino.

A **Freguesia da Ericeira** apresentava baixa extensão geográfica, com poucas localidades adstritas, não distando estas mais do que cinco quilómetros do seu núcleo urbano, a Vila da Ericeira.

Configurava um forte cariz urbano, com grande concentração populacional e bons acessos às duas escolas públicas e várias particulares de que dispunha. Uma única escola poderia, nestas condições, escolarizar o maior número de crianças existentes na localidade.

A motivação das populações para mandarem os filhos à escola tornava-se num factor de projecção, porquanto a Freguesia da Ericeira estava inserida numa situação geográfico-marítima específica, em que os sujeitos se encontravam ligados, de uma forma ou de outra, à vida do mar, embarcando nos navios desde cedo, afluindo aí um comércio de produtos variados, oriundos, sobretudo, do Brasil. O turismo sazonal trazia forasteiros que todos anos ali acorriam, acrescentando armadores de navios e as fábricas de

conserva que se projectavam e requeriam outras dinâmicas sociais que a distinguiam de todas as outras Freguesias do Concelho.

Para aquelas famílias fazia sentido a cultura escrita para a maior utilidade prática da vida quotidiana.

Os trabalhos do campo como meio de subsistência das famílias estavam arredados da maioria das crianças que habitavam na vila. Contudo, também os meninos deste lugar não fizeram excepção, estando o seu trabalho sazonal ligado à faina da pesca, pelo que seus pais os retiravam da escola, para ajuda nas lides. O processo de escolarização e de apropriação foi, para um grande número, lento e irregular, não chegando a maioria a terminar os estudos elementares.

Assistimos, ainda, às numerosas mulheres que tomaram posição cimeira na educação da família, quando o pai estava ausente, por longos meses, ao ter embarcado em algum navio ou por ter perdido a vida tragicamente em algum naufrágio. Destarte, o cômputo de mulheres alfabetizadas ser superior ao do sexo masculino.

Pode considerar-se esta uma Freguesia urbana, onde a classe burguesa emerge e floresce no seu tecido social, com fortes repercussões nos processos de escolarização locais.

Por oposto, ao reflectirmos acerca do estado da Instrução Elementar na **Freguesia de Santo Estêvão das Galés**, percebemos ter havido três condicionantes no desenrolar do processo de escolarização local e na apropriação dos alunos ao Ensino Primário. Uma primeira condicionante, de cariz geográfico, que impunha uma situação de isolamento que, na maioria das Freguesias do Concelho, não encontrámos. Um segundo aspecto, reflectido na falta continuada de professores qualificados para o exercício do Magistério Primário. E, por último, o terceiro factor, relativo à ocupação laboral das crianças da Freguesia.

Esta população desenvolveu formas próprias de organizar-se e de prover as suas necessidades básicas de alfabetização. Sobretudo, soube demonstrar que, apesar da sua fragilidade e inópia, a escola local era pertença colectiva, defendendo-a, impondo os seus paradigmas educacionais e de representação reflectidos no seu contexto sócio-antropológico. Os três artigos impressos no jornal do Concelho em 1866, que, para além de reforçarem algumas das ideias expostas, reflectem também que o factor geográfico adverso não é condição de isolamento sócio-humanitário, sendo ultrapassado pelo recurso dos locais à imprensa periódica «Mafrense» a fim de resolverem os vários

problemas ligados à instrução que esta população tão bem sentia, fazendo emergir um espírito de defesa colectivo para com a *sua* escola.

Chegados ao término dos estudos, e tal como se referiu na introdução, o Concelho de Mafra descortina uma dinâmica interessante com contornos pertinentes, que se firmam na sua recriação liberal e o transformam num Município animado pelo Movimento Regenerador burguês, e nos permite concluir que, por meados do século XIX, a adesão da população local ao Ensino Elementar era real, não deixando de crescer e de consolidar-se ao longo da segunda metade do século, uma vez que a maioria das Freguesias estava representada regularmente por alunos que concluíram o exame de Instrução Primária.

Emerge uma sensação de nostalgia dos dias a fio em que fomos redescobrimo um *tempo* sob outros *tempos*, no qual se estruturaram outras formas de vida, gentes, ideias, práticas costumeiras, formas de comunicação e de interacção...

Ao mergulhar o olhar nesses livros *ancestrais*, as imagens reconstruíam-se num contínuo que, cabalmente, foi erigindo este trabalho. Percebemos e vivemos a nossa génese, crescendo na *alma* um sentimento de respeito por determinadas épocas, que, tal como as etapas de vida de um ser humano, construíram o tempo em que hoje se vive.

As veredas, rotas e encruzamentos percorridos pelos nossos avoengos determinaram dinâmicas sociais que ainda marcam a actualidade.

Emergiram questões que nos impusemos, quantas vezes pelas similitudes encontradas no passado, que, finalmente, se tornam tão recentes. As fontes consultadas transformaram-se, como por encantamento, em tesouros, mais valiosos que a jóia maior e melhor cotada num qualquer mercado mundial.

Espera-se que, com este contributo, possamos ajudar a avivar sentimentos de interesse por um *passado* que poderá desaparecer, se não despertarmos a História Local estritamente ligada à Nacional, essas raízes humanas que se solidificaram um dia, no tempo lento e implacável do esquecimento. Corre-se o risco de nos esquecermos de nós próprios, da nossa identidade, do ser colectivo, enquanto confinado neste prisma geográfico.

¹ IAN/TT, Colegiada de Santo André de Mafra, maço 3, s.n./Doc.II [1462-1464] – *Visitações Gerais de D. Jorge da Costa, cardeal de Alpendrinha*, [Cap. 3] e [Cap.6], cit. in Ventura, Margarida Garcez, *A Colegiada de Santo André de Mafra – Séculos XV – XVIII*, Transcrição Paleográfica do Fundo Documental e Estudo Introdutório, Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 2002, p.19.

² Ventura, Margarida Garcez, *A Colegiada de Santo André de Mafra – Séculos XV – XVIII*, Transcrição Paleográfica do Fundo Documental e Estudo Introdutório, Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 2002, p.6.

³ *Idem*, p. 9

⁴ *Ibidem*, p.4

⁵ A.H.M.M. – *Livro de Manifestos* – n.º 18 – doc. 115 - *Freguesias de Santo André de Mafra e de Santo Isidoro* (vinhos e mostos) – 1820; - Vintena da Vila de Mafra (Vila de Mafra, Fancaria, Gorcinhos, Fontainhas, Montesoiros, Casas Velhas, Zambujal, Quintal, Achada, Caeiros, Arrebenta, Vale do Poço, Casal da Serra, Relva e Saibreira); - Vintena do Longo da Vila (Quinta do Pombal, Casal Querido, Casal das Vilãs, Almada, Longo da Vila, Gonçalvinhos, Monte Godel, Casas Novas e Ribeira); - Vintena do Pinheiro (Salgados, Lavandeira, Pinheiro, Deserto e Tapada); - Vintena da Fonte Boa (Palos, Fonte Boa dos Nabos, Leitões, Casa Nova, Romeirão, Bairro Alto, Carrasqueira de Baixo e Quinta da Gaminha); - Vintena da Murgeira (Poço da Serra, Rocheira e Barreiralva).

⁶ Decreto de 30 de Julho de 1832.

⁷ Decreto de 16 de Julho de 1848.

⁸ Decreto de 28 de Maio de 1834.

⁹ Para além da limpeza amiúde, anualmente procedia-se à pintura da escola, desde paredes à mobília escolar (B.N.P.M.- Liv. 1 e 2 - *Escola Real de Mafra - Diversas Despesas*, desde 1 de Junho de 1867 a 1884).

¹⁰ A Reforma de 16 de Agosto de 1870, de D. António da Costa Macedo, delibera, no Título V, a aprendizagem, no 1º grau de Ensino Primário, do *Sistema Legal de Pesos e Medidas*.

¹¹ Livro de *Registo dos Arrendamentos das Escolas Primárias do Concelho de Mafra* – n.º 1 E – 27, anos de [1942-1963].